

O feijão e a Constituinte

MOACIR WERNECK DE CASTRO

"O poder é tentador, mas só a oposição é confortável", dizia Léon Blum, antes de ter tido ele próprio uma desagradável experiência de poder, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Será mesmo confortável a oposição? O presidente Figueiredo parece adotar essa opinião, como se verifica de sua recente tirada miltigueira contra os adversários que só sabem pichar e não apresentam propostas alternativas. Mas na verdade, toda oposição séria que se coloca como pretendente ao poder caminha sobre as brasas da mais desconfortável responsabilidade.

Esta conclusão pareceu-me confirmada pelo debate sobre a conveniência da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com que se inaugurou a série "Brasil: Caminhos da Transição", patrocinada pela "Folha". As oposições brasileiras estavam ali representadas pelos senadores Tancredo Neves (PP-MG) e Marcos Freire (PMDB-PE) e pelo professor Francisco Weffort (PT-SP). O governo, pelo senador Murilo Badaró (PDS-MG). Na coordenação, Raimundo Faoro.

Antes de mais nada é preciso saudar o nível do debate. Os participantes e a assistência deram um exemplo de como é possível pôr no campo do diálogo as questões mais candentes ou mesmo explosivas sem cair naquilo que um parlamentar de suculento vocabulário chamou de "baldões e vitupérios". Murilo Badaró, como se sabe, é um dos senadores nascidos da fonte escusa do pacote de abril para assegurar maioria ao regime na Câmara Alta. Pois bem, nem uma só vez nesse debate bem-educado se pronunciou a palavra "biónico". Não foi preciso. Todos ali sentiam a debilidade da situação de Badaró: seria até covardia humilhar pessoalmente o político situacionista vozeando a origem do seu mandato.

Essa mesma demonstração de civildade democrática deu mais evidência à argumentação sobre as manobras do regime para se perpetuar, através de sucessivas medidas de força e casuísticos, que mantêm sob permanente ameaça a representação parlamentar e portanto tocam de perto à eventualidade de uma Assembleia Constituinte. Curiosamente, o representante do PDS manteve-se o tempo todo (falou pouco, o menos que pôde) numa postura defensiva. Metido num ambiente democrático, onde a argumentação conspiratória dos ferrabrases do regime soaria completamente ridícula, Badaró oscilou entre o pragmatismo oportunista de aceitar os fatos consumados e a citação, como quem pede desculpas pelo bionicismo, do que considera sua folha de serviços à democracia (alegada posição contra o 477, por exemplo). O político mineiro, aspirante ao governo estadual, percebe que a caça aos votos é incompatível com a imagem de porta-voz de regime. Até as pedras de Congonhas do Campo sabem disso. Na atual situação brasileira, o poder dá choques (políticos) nos seus partidários, como tem dado choques (físicos) nas suas vítimas. Ninguém quer estar comprometido com ele.

E a oposição? O debate mostrou sobretudo, como era de esperar, a divergência entre as posições do PT, por um lado, e do PMDB e demais partidos oposicionistas, por outro: a propósito da Constituinte. Weffort defendeu brilhantemente a linha tática de seu partido. Antes de convocar uma Constituinte seria preciso derrubar os instrumentos do arbítrio que sufocam os trabalhadores e o povo, como a Lei de Segurança Nacional (entre cerca de 40 indicados há 35 do PT, disse ele), a Lei de Greve, a Lei de Imprensa. Tancredo e Marcos Freire consideram que a campanha pela convocação de uma Assembleia Constituinte incluiria necessariamente o esclarecimento da opinião pública sobre o conjunto dos

problemas político-institucionais do País, inclusive a legislação de arbítrio remanescente. O senador pernambucano foi especialmente preciso ao levantar questões tipo voto dos analistas e organização dos trabalhadores, como elementos básicos de um progresso democrático real e não mascarado pelos velhos formalismos jurídicos.

O debate não pretendeu trazer nem trouxe a última palavra sobre o tema Constituinte. Mas mostrou nos participantes uma nítida consciência da significação dos problemas de estratégia e tática política que estão em causa. Todos aceitam que é preciso acabar com o ranço de arbítrio e a anarquia jurídica que se instalou no País. Ninguém repele em princípio a palavra de ordem de Assembleia Nacional Constituinte. Mas há uma questão de prioridades que assume aspecto de insolúvel, quando na realidade não é.

Tenho para mim que a práxis histórica se encarregará de preparar terreno a uma solução unitária, em curto ou médio prazo. A proposta do PT tem uma lógica mobilizadora, na medida em que sobrepõe a uma abstração (a Constituinte) as bandeiras que a massa trabalhadora já conhece — e como! Mas também a perspectiva do PMDB, na exposição de Marcos Freire, não perde contato com o chão da realidade. Não se pode afirmar de antemão que a bandeira da Constituinte não venha em futuro próximo a englobar as demais, numa síntese que o povo e os trabalhadores compreendam com facilidade. Ela não é excludente; ao contrário, tem um potencial catalisador que não há como desprezar.

O nosso passado histórico está cheio de dilemas que parecem num dado momento intransponíveis, mas que a marcha dos acontecimentos veio revelar como essencialmente artificiosos, senão falsos. No início da década de 40, por exemplo, perguntava-se como era possível os brasileiros participarem de uma guerra contra as ditaduras fascistas quando gemiam aqui dentro sob a bota de uma ditadura semelhante. O argumento tinha a sua aparência de força, e muitos se enrolavam nele. A História, porém, como se sabe, passa por cima dos esquemas lógico-formais. Cito esse caso como poderia citar vários outros, só para mostrar que o dilema atual tende a ser superado por uma dinâmica ligada aos problemas que o povo sente e entende: a deterioração e a desnacionalização da economia, a inflação, o desemprego, a fome, com suas projeções políticas resumidas na reivindicação de liberdade e democracia. Não é absurdo supor que amanhã, com o agravamento de todos os problemas, haja uma simplificação que os agregue num só feixe e faça confluir para o leito de uma única exigência: a Assembleia Constituinte. Haverá então o que está faltando agora: o elo entre o problema do feijão no prato e o da Constituinte; o gancho que prenda aos problemas concretos do dia-a-dia do povo uma abstração jurídica que, sem eles, paira no espaço como um balão perdido.

Para isso, porém, é preciso que a oposição trabalhe muito junto ao povo. Que tenha o sentimento da importância da sua unidade para superar os obstáculos lançados no caminho. Discussões e divergências programáticas e táticas, muito bem, fazem parte do jogo. Mas nada de se deixar envolver, no esquema estratégico divisionista que o general Golberl traçou tão acintosamente na sua conferência da Escola Superior de Guerra, em julho do ano passado. Ele aposta na "atomização da frente oposicionista", que, fragmentada, ficaria vulnerável a "uma sucessão irregular de golpes inopinados", e acabou-se. Temos neste Brasil de pós-64 um poder tão clinicamente confortável que se dá ao luxo de anunciar como e por que há de ganhar, enquanto reserva à oposição, para sempre, os espinhos da impotência.